



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1 A Octogésima Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no
2 auditório da SEMA, Porto Alegre-RS, no dia treze de maio do ano e dois mil e
3 quinze, às quatorze horas e quinze minutos. Compareceram os **Conselheiros**:
4 SEMA - Maria Patrícia Möllmann – Presidência; Pedro DallAcqua, SOP – vice-
5 presidência; Margarete Vasata Macchi Silva – representante - Secretaria do
6 Planejamento e Desenvolvimento Regional; Julce Clara Silva - Secretária da Saúde
7 – representante; Artur Lemos Jr – Secretaria de Minas e Energia – representante;
8 Tânia Zoppas, Comitê Cai - titular; Dilton de Castro, Comitê Tramandaí – suplente;
9 Paulo Robinson Samuel, Comitê Gravataí - titular; Julio Salecker - Comitê Taquari-
10 Antas – titular; Roberto Damásio de Carvalho, Comitê Santa Maria - titular; André
11 Luiz V. C. Oliveira, Comitê Lagoa Mirim – Canal São Gonçalo - titular. **Ausentes**:
12 Secretaria da Agricultura e Pecuária- SEAPA, Secretaria dos Transportes e
13 Mobilidade; Secretaria do Desenvolvimento, Econômico, Ciência e Tecnologia; Casa
14 Civil; Sistema Nacional de Meio Ambiente; Sistema Nacional de Recursos Hídricos;
15 Comitê Ibicuí e Comitê Apuaê-Inhandava. **Demais presentes**: Mário Florisbal Damé,
16 Comitê Baixo Jacuí; Valério Borges Vaz, Comitê Pardo; Josiane Gomes e Julianna
17 Schefer, ENGEPLUS ENG^a; Paulo Roberto Cervi, COAJU; Marthin Zang, Comitê
18 Gravataí; Maria de Lourdes D. Alves, SEMA; José Celso G. Jr, SEMA; Cledson R.
19 Grolski, SEMA; Tiago L. Correa, Comitê Tramandaí; Rafael A. Eckert, DRH/SEMA;
20 Patricia Moreira Cardoso – UFRGS; Cizino R. Rocha – Cevs/SES; Arno Kayser,
21 Comitê Sinos; Alberto N. Becker, SSP-BM-CABM; Simonia Oliveira, Comitê Várzea,
22 Carlos Alvin Heine, Comitê Cai; Kely Boscato, Comitê Gravataí e Cladir Luiz Alves,
23 Comitê Passo Fundo. Carmem Silva – CRH/SEMA; A presidente Sr.^a Patrícia
24 Möllmann saúda a todos, abre a reunião, informando que ainda não há quórum, a
25 pauta é longa e pede objetividade nas decisões e propõe começar com **Assuntos**
26 **Gerais** solicitando a Sr.^a Maria de Lourdes, Chefe da DIFIN/SEMA, a apresentação
27 da execução orçamentária do FRH/RS. Sr.^a Maria de Lourdes diz que o orçado para
28 a SEMA foi R\$ 17.717.362,00 e até 30 de abril do corrente ano foi executado R\$
29 301.034,90, e o saldo do FRH é de R\$ 16.644.477,96 em 30 de abril. Na conta do
30 Banrisul, em 6 de maio é de R\$ 86.571.008,08, e do Banco do Brasil é de R\$
31 46.563.318,12, em 7 de maio. A execução vai até o final do ano de 2015. O
32 presidente da CTPA Sr. Júlio Salecker ratifica as informações da Sra Maria de
33 Lourdes e lembra que o orçado do FRH para 2015 é R\$ 41.000.000,00, que está
34 contemplado na Resolução n.º 150, que foi aprovada no ano anterior. Para a SEMA
35 é em torno de R\$ 17.000.000,00, do qual em torno de R\$ 1.400.000,00 foram
36 empenhados pela SEMA. Há também os valores das outras Secretarias de
37 Saneamento, de Obras e da SDR, em torno de R\$ 18.000.000,00. O Saneamento
38 conseguiu empenhar somente R\$ 450.000,00, a SEMA conseguiu empenhar só R\$
39 1.300.000,00, apresentado pela Sr.^a Maria de Lourdes, e o saldo atual do FRH é R\$
40 133.000.000,00, que está devidamente depositado para o FRH. A CTPA está
41 preocupada com isto que foi apresentado. A CTPA é a Câmara que coordena o
42 planejamento do orçamento e acompanha a execução orçamentária do mesmo.
43 Preocupa ter orçamento, mas já estamos em maio e não conseguimos ainda
44 empenhar nem 10% dele, com um saldo de R\$ 133.000.000,00. Os convênios dos
45 Comitês fazem parte dos assuntos da CTPA também, estes recebem R\$ 100.000,00
46 por ano para manter as despesas administrativas e despesas gerais, nós temos dos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

47 25 Comitês de Bacias no RS, 14 Comitês sem convênio, isto também é uma
48 preocupação, e também faz parte do orçamento, porque o orçamento previa R\$
49 2.500.000,00, que é justamente R\$ 100.000,00 para 25 Comitês de Bacia, e sendo
50 transparente, tenho certa inconformidade: É legal o Governo do Estado
51 contingenciar o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, já que é um Fundo
52 específico, com regramento específico, que o recurso vem da ANEEL, dos
53 geradores de energia que bancam esse Fundo. Poderia o Governador estar
54 contingenciando o Fundo, inclusive pelas outras Secretarias, que tem acesso o
55 Fundo. A Secretaria de Saneamento conseguiu gastar R\$ 450.000,00, valor do ano
56 passado e neste ano ainda não houve despesa. Com quórum regimental, a
57 presidente inicia 80.ª Reunião Ordinária do CRH/RS, esclarece aos demais
58 participantes que chegaram após o horário de início que foi apresentado o
59 orçamento do FRH, que era um dos assuntos gerais, faz a contagem do quórum,
60 constatando 10 presentes para constar em ata e começa com item I -
61 **Comunicações** passando a palavra a Carmem Lúcia, Secretária Executiva Adunta
62 do CRH que faz a leitura do Of. de Ofício do Comitê Sinos, entregue pelo presidente
63 Arno Kayser. A presidente esclarece que o assunto está relacionado ao item 3. II
64 **Ordem do Dia – Item 1- Aprovação das atas 78ª e 79ª Reunião Ordinária do**
65 **CRH/RS:** atas enviadas anteriormente, dispensada a leitura, questiona se há alguma
66 observação a ser acrescentada. Não havendo nenhuma passa a aprovação das atas
67 n.º 78 e 79, que foram aprovadas, **2. Expediente Administrativo 6253-500/15-9 -**
68 **Resolução CRH nº 168/215, publicada Ad Referendum,** dispensa exclusivamente
69 para fins de financiamento e licenciamento ambiental, a necessidade de outorga do
70 direito de uso de água, para safra 2015/2016, desde que cadastrados no Sistema
71 ICA. **Diretor Fernando Meirelles:** recebeu uma série de solicitações, o Comitê
72 Santa Maria expressou formalmente a preocupação da renovação da Resolução do
73 ano interior, nós tínhamos que respeitar os prazos dos financiamentos bancários que
74 estavam sendo solicitados, nós não tínhamos o direito de deixar uma quantidade
75 enorme de produtores rurais sem acesso ao financiamento por conta de nossa
76 demora em fazer uma série de procedimentos, então seguindo o que já existia o ano
77 passado, nós colocamos o Cadastro no ICA, como o elemento necessário, para
78 fazer a liberação do financiamento, isso gerou dentro do DRH, por uma questão
79 funcional e histórica tivemos que trocar o ICA de uma Divisão para outra, e
80 geralmente se faz uma força, e eu quero aqui agradecer aos técnicos da Divisão de
81 Outorga, que com o apoio da Divisão de Planejamento, fizeram a análise de mais de
82 1.000 processos em três dias, para não trancar esse processo, esse processo hoje é
83 compromisso da direção do DRH, sair da Divisão de Planejamento para ir de fato
84 para a Divisão de Outorga, já conversei com a Chefe Substituta hoje, para deixar as
85 coisas nos seus lugares mais pertinentes Então hoje nós temos alguns problemas
86 pontuais com relação ao ICA, mas a parte do Governo de não trancar os
87 financiamentos bancários e dar segurança ao sistema foi feita, espera que nós não
88 tenhamos essa Resolução renovada o ano que vem, espero que seja em março, que
89 não precise fazer Ad Referendum, nem discussão na plenária, espero que a coisa
90 esteja mais avançada, mais madura ano que vem, vamos ver se consigo fazer isso.
91 A presidente Maria Patrícia Möllman coloca para aprovação. 10 votos, aprovada por
92 unanimidade. **3. Expediente Administrativo Nº 006253-0500/15-9 – Resolução**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

93 **CRH Nº 169/2015 - Relatório PROGESTÃO 2014 – Ad Referendum** – A presidente
94 Maria Patrícia, esclarece que foi publicada uma Resolução em função do prazo, mas
95 está submetido à discussão do relatório. A técnica do DRH, Elaine Santos fez a
96 apresentação de toda a construção do Progestão e 1.º relatório de avaliação do Pró
97 Gestão, esclarecendo que o relatório foi preenchido, através de planilhas, sem
98 acesso para modificá-las, dependendo do nível alcançado, já tinha uma resposta
99 estabelecida, então simplesmente tínhamos que justificar esta resposta dada, com
100 limites de linhas, talvez por isso que ficou tão sintético, mas isso tudo podemos
101 colocar também, nós inclusive não conseguimos completá-lo da forma como nós
102 desejamos, mas isso é contingência da própria Agência Nacional de Água- ANA,
103 porque ela tem que avaliar todos os status que estão escritos no Prógestão, por isso
104 é um sistema fechado, então nós não tínhamos como mexer. O programa tem por
105 objetivo o fortalecimento institucional dos sistemas de recursos hídricos e também
106 do pacto federativo. Foi lançado em 21 de março de 2013, pelo Ministério do Meio
107 Ambiente e a Agência Nacional de Águas, justamente na celebração do ano
108 internacional das águas. Os recursos aportados para este programa é de R\$
109 3.750,000,00, a parcela inicial é de R\$ 750.000,00, e demais parcelas de R\$
110 650.000,00, nos quatro anos seguintes, sendo repassadas em consonância com o
111 percentual de metas e compromissos atingidos, para estabelecer essas metas é
112 necessário avaliar quais as características do Estado em termos de criticidade de
113 suas Bacias Hidrográficas, então quanto maior o desafio, maior será a exigência
114 para o cumprimento das metas. (Demais apresentação em anexo). Comentários: Sr.
115 Júlio Salecker questiona se terão direito a mais uma parcela ou se acabou. Sr.ª
116 Elaine explica que, para este ano nós só vamos ser avaliados pelas metas do pacto
117 federativo, pela autoavaliação não, R\$ 750.000,00, então se perdeu 10%, no final do
118 ano e no próximo com certeza vamos ser avaliados para atingir as outras metas,
119 falta pouco, mas só que esse pouco depende fundamentalmente destes contratos
120 que estão andando, por exemplo, no Plano Estadual de Recursos Hídricos, porque
121 nós não atingimos a meta, porque não foi transformado em Lei; ele foi encaminhado
122 para Assembleia Legislativa no final do ano, inclusive teve um acordo que foi firmado
123 no âmbito do próprio CRH e simplesmente o Governo acabou retirando o Projeto de
124 Lei, então é para ser encaminhado novamente, então tem algumas coisas que
125 estamos por um triz para conseguir a meta, vai depender do Contrato do ANA, vai
126 depender desta base da cartografia, coisas muito importantes que requerem o
127 fortalecimento do Órgão Gestor de Recursos Hídricos aí começarão a perder
128 percentuais deste recurso, não é recurso comparável ao FRH, o montante do
129 Recurso Prógestão, não é o mais importante e sim, a forma como somos vistos,
130 como que nós estamos dentro deste processo no âmbito até do pacto federativo.
131 Esse ano nós só vamos ser avaliados no pacto federativo, porque a ANA flexibilizou
132 algumas regras e não foi só para o RS, foi para outros Estados também. **Sr. Arno**
133 **Kaiser**, presidente do Comitê Sinos explica que sabe que existem relações entre a
134 União e os Estados e que os comitês de bacias deveriam participar da avaliação.
135 Elaine informa que são perguntas como quantos comitês possuem recursos, qual a
136 fonte. O diretor Meirelles sugere que as avaliações sejam discutidas dentro do
137 Fórum. Presidente Maria Patrícia: na verdade os Comitês fazem parte, tem que
138 discutir aqui com quem faz parte antes, nesse ponto a Secretaria em função das



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

139 várias justificativas falhou, enfim, acho que a questão dos critérios de avaliação,
140 como é um programa da ANA, não se aplica só ao RS e outros Estados tem uma
141 heterogeneidade, acho que eles elegeram esses critérios, nada impede que se leve
142 isso, se precise tirar algum encaminhamento do Conselho, se alguém tem alguma
143 alteração em algum critério de avaliação que queira discutir especificamente ou se
144 encaminhamos para aprovação e com todas as outras considerações que foram
145 feitas, podemos encaminhar para aprovação. **Alguém diz:** Parece-me que um pouco
146 dos comentários é sobre as angústias, a partir do momento que nós temos um
147 desafio tirado de fazer uma autoavaliação, com uma autoria do RS, tem a questão
148 administrativa com a ANA, mas nós temos uma questão objetiva para avaliar, nós
149 podemos fazer a interiorização do assunto e o retorno dele. Sr. Júlio Salecker diz:
150 Sr.^a Presidente e Conselheiros: acho que nós devemos votar a questão se nós
151 concordamos que foi feito o relatório ou não, a minha leitura: o relatório foi feito
152 dentro do prazo que tinha de ser feito, nós ainda não perdemos dinheiro e nós fomos
153 bem verdadeiros nas respostas, tanto que nós rodamos, não mentimos, não
154 logramos ninguém, então da minha parte, minha leitura é a aprovar isso, sim, e
155 tomar atitudes de melhorias, mas isto é outra história. A Presidente Maria Patrícia
156 apoia a proposta do diretor Fernando, de fazer esta autoavaliação dentro de um
157 Fórum. Resolução 169 aprovada por unanimidade. **4. Expediente Administrativo**
158 **Nº 009976-0500/14-1 – Alteração Regimento Interno Comitê Apuaê-**
159 **Inhandava;Alteração do Regimento Interno do Comitê Apuaê Inhandava -**
160 Carmem Silva fez um breve relato dos encaminhamentos da solicitação de alteração
161 do Comitê no Regimento Interno até o momento. A Secretaria Executiva trouxe uma
162 proposta de Resolução que foi lida, mas esbarrou em um artigo. Proposta
163 encaminhada pela presidente, aprovar as modificações, com exceção, do parágrafo
164 3º, do artigo 14, em função de não ter processo eleitoral para os representantes dos
165 órgãos e Entidades Estaduais e Federais, de acordo com artigo da Lei n.º 10.350.
166 Sr. Júlio Salecker confirma que para os representantes do Estado, os representantes
167 federais, não são para plenária que é eleita, são indicados. A presidente **Maria**
168 **Patrícia:** não tem processo, na verdade, isso já está definido, porque ele já é
169 indicado. Talvez proponha a exclusão desse parágrafo terceiro porque está regravando
170 o que não tem que regrar. Questiona se, consulta-se o Comitê ou se aprova, menos
171 o parágrafo terceiro, então vamos encaminhar assim, excluimos o parágrafo terceiro,
172 que fala em indicar os órgãos do Estado que está em legislação, na verdade não
173 tem processo eleitoral para Entidades de Governo, é indicado pela Secretaria, mas
174 ainda está assim o processo eleitoral será definido previamente, mas que processo
175 eleitoral para representantes do Estado, isso ficou sem cabimento. Colocado em
176 aprovação – aprovado a alteração com a exceção do parágrafo 3º - Art. 14º. **5.**
177 **Expediente Administrativa Nº 6959-0500/15-2–Homologação do processo**
178 **eleitoral das entidades e diretorias dos Comitês -** Carmem Silva faz fala da
179 Resolução CRH n.º 28, que rege o processo eleitoral dos Comitês, depois de
180 cumprir uma série de procedimentos, 1ª e 2ª chamadas, preenchimento das vagas,
181 tem de sair à homologação, isso é necessário junto a CAGE, principalmente com
182 essa problemática dos Convênios, eles estão exigindo, a publicação da
183 homologação processo eleitoral. Hoje em apreciação Comitê da Lagoa Mirim-Canal
184 São Gonçalo e o Vacacaí e Vacacaí Mirim. Lembrando que o Vacacai foi aquele que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

185 tivemos que refazer o processo eleitoral porque a diretoria se demitiu. Eles não
186 estão presentes na reunião porque não tem ainda o convênio de manutenção e não
187 há nenhuma entidade que banque os deslocamentos. Além destes dois, temos
188 outros e ainda não finalizaram o processo, serão trazidos para homologação
189 posteriormente. O Comitê da Lagoa Mirim tem o seu presidente André,
190 representante do IRGA no Comitê. Colocada em aprovação – aprovada a
191 homologação por unanimidade. **6. Expediente Administrativo Nº 5919-0500/15-8 –**
192 **Deliberações CBSINOS054/2013, CBSINOS055/2013 e CBHSINOS045/2014–**
193 Carmem Silva explica que foi aberto o processo eleitoral do Comitê Sinos, a cada
194 dois anos, 90 dias pela Resolução CRH 28, antes de acontecer à troca o Comitê
195 pede abertura do processo eleitoral. Assim como o Comitê Sinos, vários Comitês
196 estão com problemas de mobilização para preenchimento de vagas, tenho visto
197 bancos de suplência, só que na Resolução n.º 28 diz: o titular e o respectivo
198 suplente, mas o Comitê Sinos quer alterar isso, que seja revisado. A presidente
199 Maria Patrícia solicita ao Sr. Arno Kaiser, presidente do Comitê Sinos que faça
200 esclarecimento sobre processo eleitoral do Sinos. **Sr. Arno Kaiser:** estamos
201 propondo que isso seja quebrado e que os suplentes presentes possam assumir em
202 cada reunião a titularidade daquela categoria, e seja suplente da categoria e não de
203 um dos membros da categoria, quando são categorias com mais de um titular e que
204 na hipótese que tenha um titular ausente e que tenha dois ou três, ou mais, o
205 suplente que teria prioridade seria aquele com histórico de maior presença nas
206 plenárias, para estimular que os suplentes participem, o que podemos relatar da
207 história é que no início não eram tantas as entidades que disputavam as vagas do
208 Comitê, e havia vários órgãos que tinham um titular e um suplente, só que com o
209 tempo várias categorias do Comitê, por exemplo a minha categoria que é das ONGs
210 ambientalistas ela teve eleições com são mais de dez candidatos, então a forma que
211 encontramos de acomodar essas vagas foi nomear três titulares e três suplentes e
212 ter seis entidades participando daquela categoria e outras categorias também tem
213 este tipo; Nossa proposta é tão simplesmente de quebrar isso e permitir muitas
214 vezes termos vários titulares e suplentes e não temos quórum e ainda é uma coisa
215 que trava o Comitê, e a outra Resolução tem relação também com a questão
216 quórum, é que temos tido uma dificuldade histórica de ter os representantes do
217 Estado nomeados, com exceção da SEMA que sempre se faz presente, a maior
218 parte dos outros órgãos nomeiam, as vezes não nomeiam, tentamos ocupar, mas
219 acontece de ficar vagas em aberto e nós não temos perspectiva desta Instituição,
220 dessa vaga ser preenchida, só que o quórum é 21, então nossa proposta é que o
221 quórum seja a metade dos efetivamente. Com base nas manifestações desta
222 problemática acontecer em todos os Comitês, o encaminhamento foi unanime para a
223 Secretaria Executiva do CRH enviar ao Fórum Gaúcho de Comitês uma proposta de
224 alteração da Resolução 28 e as Deliberações à Câmara Técnica Institucional e
225 Jurídica. **7. Expediente Administrativo Nº 014872-0500/14-2 - Reconhecimento**
226 **da proposta do Território de Irrigação dos Usos Múltiplos da Água – TIUMA na**
227 **Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí –** Diretor Fernando Meirelles - nós recebemos
228 do Comitê Gravataí dois processos solicitando a criação do Tiuma, território de
229 irrigação dos usos múltiplos da água na bacia do Gravataí no Assentamento Filhos
230 de Sepé, o Comitê também entrega um documento que é chamado de Minuta para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

231 criação de um território de irrigação dos usos múltiplos da água no Assentamento
232 Filhos de Sepé e seu entorno, esse documento foi preparado pela Associação de
233 Moradores do Assentamento Filhos do Sepé, Distrito de Viamão - Águas Claras. Foi
234 solicitado ao DRH um Parecer sobre esta solicitação do Tiuma. Parecer anexo.. O
235 que foi apresentado não caracteriza um Tiuma, é apenas um usuário, tem apenas
236 uma única outorga, então outorga dada pelo INCRA, a entidade gestora que foi
237 colocada neste tipo de irrigação só tem atuação dentro do Assentamento o texto fala
238 ainda em usos múltiplos na Bacia do Gravataí, mas para que isso possa ser
239 colocado dentro de um Tiuma, nós teremos que elevar o limite deste território, como
240 Marco falou até a tomada da água da CORSAN, por exemplo, mas neste caso nós
241 também estaríamos colocando a gestão da barragem no Assentamento, na
242 disposição de todos os outros atores. O Tiuma tem um território delimitado, não é
243 uma questão de uso indireto da água, processo do Assentamento, então o Parecer
244 está no sentido de dizer que interessa a criação do Tiuma, mas com uma única
245 outorga, uma única propriedade, não está dentro da lógica, do Programa de
246 Irrigação, do Plano Estadual de Irrigação. A sugestão é que se apoie a formação do
247 Tiuma, mas que se espere a evolução da definição dessa poligonal dos outros
248 acordos envolvidos, outros usuários do Alexandrina e do Vigário, se é o caso desse
249 processo de evolução vai seguir? Também tivemos uma consulta de usuário da
250 água, ele estaria requerendo a outorga da água de drenagem do Assentamento, o
251 Estado não pode outorgar uma água de drenagem porque não sabe o volume que
252 esse sistema de drenagem pode receber, se ele estivesse dentro do Tiuma isso não
253 seria problema, a entidade gestora faria esta gestão da água de drenagem e
254 atenderia aquele o usuário, mas enquanto dois usuários separados, isso não seria
255 possível. Entende que se o Gravataí quer manter o Tiuma junto com o
256 Assentamento, tem de definir melhor o território de irrigação de uso múltiplo. **Sr.**
257 **Martin:** Eu venho em representação à Associação dos Moradores do Assentamento,
258 primeiramente agradecer o esforço, o empenho do Fernando em emitir o seu
259 Parecer, me parece muito coerente e justo as colocações, tem uma relação estreita
260 com a proposta do Programa do PIUMA, que é justamente esse momento, é mais
261 um momento de construção da ideia, nós não tínhamos a pretensão que o Diretor do
262 Departamento desse o ok um sobre todos os aspectos e está pronto, não, pelo
263 contrário, a ideia é justamente o construir juntamente e nós vamos então analisar as
264 propostas Diretor, nossa ideia a princípio é estar reunindo o INCRA, o Refúgio de
265 Vida Silvestre Banhados dos Pachecos, juntamente com o Comitê Gravataí, nós
266 poderíamos montar uma equipe de trabalho para seguir na elaboração da proposta,
267 sendo assim eu ainda não entendo perfeitamente como seria a relação de um
268 usuário de irrigação e um usuário como é o Refúgio, porque o Refúgio faz uso dessa
269 água e o entorno do Assentamento considera-se também o Refúgio, não saberia
270 como se poderia caracterizar-se como usuário. Enfim, nós vamos ainda seguir
271 trabalhando na proposta, até porque a minuta foi uma iniciativa para adiantarem-se
272 aos fatos. Nos foi solicitada uma série de informações, essas informações, então
273 foram levantadas e entregues, para respectiva análise, mas a conformação da
274 proposta em si é um desafio que viria a posteriori, e com esse Parecer, então, nos
275 apontam já quais são os desafios a serem enfrentados, agora existe uma série de
276 limitações, quando nós precisamos perfeitamente uma poligonal sobre uma unidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

277 geográfica, essa significa que eu preciso fazer estudos? Eu preciso fazer uma série
278 de levantamentos? Isso muita vezes dificulta, entre outras ações que porventura o
279 Estado também poderia aportar, então fica uma pergunta: Em que medida o Estado,
280 quem responde nesse caso, nessas ações concretas? E a outra pergunta que fica:
281 quais são os próximos passos, vamos seguir trabalhando nessa proposta, aonde
282 encaminhamos, com quem falamos, que porta batemos? Nesse sentido qualificar a
283 produção, a vida das pessoas que ali moram e a qualidade das águas essa é a
284 ideia, obrigado pelo apoio. **8. Expediente Administrativo Nº 6901-0500/15-1 –**
285 **Enquadramento das Águas Superficiais da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí –**
286 Apresentação da engenheira Josiane Gomes da ENGEPLUS, (em anexo). O plano
287 de Bacia do Baixo Jacuí teve início no mês setembro de 2013, o contrato é de 720
288 dias, com previsão de término em setembro de 2015. A presidente Maria Patrícia
289 abre para inscrições. O diretor Fernando Meirelles faz questionamento sobre a
290 barragem do Capané. Sr.^a Josiane Gomes diz que aqui o Capané não está
291 classificado, porque não tinham pontos de monitoramento da qualidade da água
292 para definir e, por Contrato de acordo com o TR, tinham que fazer duas campanhas:
293 uma estiagem e nas cheias, 10 pontos de monitoramento. A proposta da Empresa
294 foi fazer 10 pontos duas vezes ou 20 pontos uma única vez, o Comitê escolheu fazer
295 os 10 pontos duas vezes, só que, no entanto eles solicitaram para que aquele ponto
296 que nós tínhamos colocado o Capané fosse no Irapuá. O ponto Capané e o
297 Capanezinho ficaram de fora do enquadramento, eles preferiram que isso fosse para
298 uma revisão, para um próximo momento da Bacia do Baixo Jacuí. **Diretor Fernando**
299 **Meirelles:** Enquadrá-lo em classe 1, eu tenho uma posição muito clara e muito
300 preocupante com esse enquadramento. Quando colocam classe 1 em zona que nós
301 temos produção agrícola, nós vamos estar forçando um controle de efluentes dessas
302 lavouras, em termos de sedimento, microgênio, fósforo, que eu vejo que nós não
303 temos muita tecnologia para fazer esse processo, e o custo desse enquadramento
304 depois para fazer essa liberação de licença de operação dessas barragens, nós
305 vamos dizer que não pode lançar um efluente que não seja classe 1 aqui, então eu
306 não vejo onde está a lógica desse processo de condução, quando a nós dizemos
307 essas bacias daqui vão ser classe 1. O Arno Kayser é Agrônomo e sabe, não estou
308 falando em herbicida, não estou falando em hidrogênio químico, não estou falando
309 em agroquímicos e nem agrotóxico, estou falando em fazer valer este sedimento,
310 então quando colocamos este tipo de enquadramento extremamente rigoroso eu
311 não sei, o Comitê tem a percepção do que ele está pedindo, ele está pedindo para,
312 bom não licenciem mais alguns processos agrícolas na bacia e aqui nós temos uma
313 bacia que tem população na beira do Baixo Jacuí muita pouca, não é o caso do
314 Gravataí, por exemplo, que tem uma malha urbana, eu fico preocupado em como o
315 instrumento de enquadramento é levado e qual é a consequência deste processo
316 no enquadramento, mas essa é uma opinião minha, eu vejo que depois a questão
317 do licenciamento vai ficar, e o Arno que trabalha na questão do licenciamento da
318 irrigação, como é que vai responder agora um enquadramento de irrigação numa
319 zona de classe 1, como é que vamos ter instrumentos, e como é que vamos cobrar
320 um tratamento que muitas vezes é ou caríssimo ou tecnicamente não existe.
321 **Alguém diz:** É questão de enxergar a matriz ao chegar a classe, não enxerguei
322 parâmetro destacado, mas fica uniforme. Josiane responde para não para o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

323 enquadramento. **Alguém diz:** Estou falando isso porque eu queria ver essa matriz,
324 para ver o cruzamento, visualizando essa matriz, talvez eu me colocando no lugar
325 do pessoal do Comitê possa me posicionar melhor, isso que foi falado pelo Fernando,
326 talvez ficasse contemplado. **Diretor Fernando:** O que é classe 1 é para manter
327 irrigação de hortaliça crua e abastecimento simples, a classe 1 não impede
328 integração não impede abastecimento humano, não impede um monte de coisa, nós
329 vamos colocar classe 1 para colocar uma algema no processo todo, eu quero saber
330 se o Comitê está entendendo que essa algema tem um custo, onde vai colocar a
331 pecuária, com os coliformes fecais, não vai ter pecuária na bacia? **Alguém diz:** Nós
332 que trabalhamos com isso sabemos: o processo de amostragem, se ocorrer uma
333 amostragem e em seguida uma chuva, vai ter um índice de coliformes lá nas alturas,
334 só que na lavagem do campo. **Diretor Meirelles:** poluíram o campo, isso não pode,
335 vou fazer o que? Vou fazer uma drenagem para evitar que os campos drenem, eu
336 não vejo, acho que é um comprometimento, é um risco que se corre colocar classe 1
337 sem ter um uso para classe 1, nós temos irrigação de moranguinhos expressiva
338 nessa região, hortaliças, que precisa de classe 1. **Pedro DallAcqua:** Eu queria
339 aproveitar a tese do Diretor Meirelles e seguir nessa mesma linha, isto tem impacto
340 direto também nas ações de saneamento dentro Bacia, quer dizer que para exigir
341 tratamento, recentemente nós reformulamos uma Resolução aqui do CONSEMA, no
342 sentido de flexibilizar essa questão do tratamento do nitrogênio e do fósforo e
343 optamos a linha pela universalização do tratamento de esgoto primeiro e depois ir
344 atentando de forma gradual às questões da qualidade dos efluentes, então para
345 impactar de forma séria o enquadramento da classe 1 nos investimentos previstos
346 para o saneamento básico, vai encarecer barbaramente, eu acho que tem de ser
347 refletir também sobre esse aspecto, o aspecto do saneamento básico, que se na
348 reportagem da RBS sobre as bacias hidrográficas, vi nas entrevistas com o Arno e a
349 Tania, as situações das Bacias Hidrográficas, um dos principais poluentes que tem
350 é a questão do esgoto mal tratado. Então o que se definiu no Conselho é que se
351 preferiu é ter um tratamento ainda nível secundário do que sair para um terciário
352 que a própria operadora, operadores de saneamento, não tem condições de
353 implementar num curto prazo, então acho que isso é para reforçar a tese do
354 Professor Meirelles. **Sra. Josiane:** Só fazer uma colocação aqui antes, coloquei
355 esse quadro aqui porque acho bem oportuno mediante essas discussões. Aqui é um
356 quadro comparativo com os cursos de águas monitorados, ou seja, aqueles que
357 estão sendo enquadrados, os segmentos dos cursos das águas que estão sendo
358 enquadrados, que são 22, a qualidade atual, não vazão de referência, os métodos
359 intermediários de enquadramento, uma observação é que em alguns trechos já é
360 classe 1. Aqueles todos em azul já são classe 1. De acordo com a legislação a
361 qualidade da água atual na vazão de referência não pode piorar, ou seja, está tendo
362 uma manutenção na parte existente, mesmo que a população tenha votado que ela
363 quer usos que podem se fazer em classes com qualidade inferior, não quer dizer
364 que a população quisesse uma classe de qualidade inferior, mas garantir aqueles
365 usos. Feita essa comparação com a situação atual da qualidade da água, vários
366 trechos forma mantidos. Verificamos como agravante aqui: lá no Soturno tem a
367 classe 3 e o desejo do Comitê seria que lá fosse classe 1 aí aqui tem de pular 2
368 degraus, seria bastante ousado, ali nos outros cursos d'água nos trechos eles são



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

369 classe 2 e está tendo manutenção classe 2. No Rio Ijuí, eles decidiram passar de
370 classe 2 para classe 1, no Arroio Dom Marco é a manutenção da classe 1, no Arroio
371 dos Ratos se pulou um degrau em todos os trechos que foram definidos, nos dois
372 trechos, no Arroio do Conde de classe 3 passaria para classe 2, no Arroio Capivari
373 manutenção da classe 2, no Arroio dos Cachorros manutenção da classe 1 e no
374 Jacuí, em alguns trechos, passou de classe 2 para classe 1, na Região
375 Metropolitana isso foi uma solicitação do Comitê, nós levamos as propostas de
376 enquadramento comparado a situação atual e as manifestações de vontade e não
377 se levou essa proposta de classe 1 nesse trecho do Jacuí, da confluência do Arroio
378 Francisquinho com Taquari até a foz do Jacuí aqui próximo ao Delta, ou seja, os
379 últimos trechos, não foi levada essa proposta, foi levado classe 2, porque ali existem
380 municípios da região metropolitana que lançam seus efluentes no Jacuí, no entanto
381 foi uma solicitação de MEMO do Comitê que se votasse nesta proposta e essa
382 proposta mais otimista que seria trocar de classe 2 para classe 1, neste trecho do
383 Jacuí que está localizada a Região Metropolitana. **Sr. Júlio Salecker:** Vou nessa
384 linha de perguntar ao Comitê se ele está consciente do que se está autopondo,
385 vou falar como Taquari-Antas então, o Baixo Jacuí está querendo classe 1 daqui a
386 20 anos na foz do Taquari-Antas, nós estamos com classe 2 enquadrada e vai ser
387 um esforço. **Sr.ª Josiane:** Inclusive nós fizemos, quando fizemos as propostas de
388 enquadramento levamos um mapa demonstrando, nós fizemos essa análise da
389 qualidade da água estaria chegando, e do seu enquadramento, nós fizemos um
390 mapa que está especializando todas as Bacias contribuintes do Baixo Jacuí e o
391 enquadramento que está, ou seja, não adianta eu chegar com classe 2, tudo bem o
392 Jacuí tem um porte maior e ele tem um poder de diluição, mas se eu estou
393 chegando com classe 2 naquele ponto que adianta eu ter classe 1, seria um
394 questionamento, não seria muito otimista isto, isto foi demonstrado também que foi
395 feita esta análise para que não se fizesse uma proposta, as propostas muito
396 otimistas, ou seja, degraus além daquilo que se pode alcançar, como contribuintes
397 nós temos a parte alta do Jacuí, nós temos o Pardo, nós temos o Taquari-Antas, nós
398 temos Vacacaí e Vacacaí-Mirim, a partir do momento que o enquadramento do
399 Baixo Jacuí estiver estabelecido, as Bacias contribuintes vão ter de fazer uma
400 revisão, vão ter de se enquadrar nisso, então não é uma Bacia isolada, essa Bacia é
401 diferente das outras Bacias que nós temos no RS, ela é uma Bacia que recebe as
402 águas de diferentes Bacias Hidrográficas que tem seu enquadramento, isso vai
403 afetar também os seus contribuintes. **Alguém:** Só para satisfazer um aspecto
404 metodológico, tem vários pontos aí que nós estamos fazendo a reflexão, acho
405 interessante que nós sabemos que vocês tem de cumprir um objeto, um produto até
406 um determinado prazo eu queria fazer uma pergunta para a Senhora. A Senhora
407 julga que o processo amostral foi suficiente para traduzir a qualidade das águas,
408 dada a variabilidade? Isto eu estou questionando porque eu também estou fazendo
409 avaliação para TR e estou querendo remeter esse processo, que nós façamos uma
410 avaliação disso, estou perguntando isso de forma muito tranquila e sincera não
411 querendo comprometer o trabalho que acho que foi muito bom. **Diretor Fernando**
412 **Meirelles:** Foi medida a concentração ou quando foi medida carga da qualidade da
413 água, só foi concentração não tem a carga, então não para dizer que isso aqui é
414 classe 1, eu me preocupo muito com questão da qualidade do dado que nós



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

415 levamos, dizer que isso aqui é classe 1, na vazão de referência quando muitas
416 vezes a amostragem é só de concentração não tem medição de vazão junto, então
417 não sabemos qual é a carga , então isto estima a carga, estima a vazão, estima e
418 modela, ficamos com vários critérios numa faixa, numa banda, dizer que isso aqui é
419 classe 1 e, portanto, não pode ser alterada, a legislação diz que o lançamento de
420 efluentes não pode piorar a classe de enquadramento, agora se nós não sabemos
421 exatamente qual é a classe da água, no Quaraí nos tínhamos 4 pontos amostrados
422 classe 1 e uma amostragem com classe 4, qual é a classe do Rio? É 4, não é 1, ela
423 já chegou a classe 4, alguma vez na vida, em outras épocas com chuvas e não sei
424 que mais ele passou a ser classe 1, então seu eu vou dizer que isso aqui é classe 1
425 e, portanto, que isso aqui tem de ser enquadrado com classe 1, eu estou lendo a
426 legislação de uma maneira que não é meu ponto de vista correto, o enquadramento
427 é para uso e o uso pretendido aqui é classe 1, a população quer classe 1, o que ela
428 quer fazer com água de classe 1? Esta é uma pergunta que nós temos que fazer, se
429 a classe 2 já tem a maior parte dos usos pretendido aqui: irrigação, não atende
430 àquela questão da proteção da população indígena no Irapuá, agora o resto, eu
431 acho muito temerário, aprova o enquadramento tão restritivo pro Jacuí,
432 considerando este aspecto que ele tem de receber água dos outros rios e que vão
433 ter que alterar seu enquadramento, e eles já apresentaram. Eu pessoalmente não
434 tenho voz, se fosse votar eu não aprovaria pelo enquadramento. **Sr.ª Josiane:**
435 Respondendo a pergunta em termos técnicos, é um problema não criticando
436 exatamente a questão do sistema, mas um problema que nós temos sabido nos
437 termos referência e considerado os prazo dos Planos de Bacia, considerada a
438 questão de verba, considerada várias questões, seria uma imposição do TR e
439 também questão de custos, essa questão dos pontos de qualidade da água de
440 monitoramento, e a questão dos prazos das campanhas de monitoramento, a
441 questão da vazão, da medição da vazão junto com o parâmetro, isso é muito
442 importante, só que o valor que se recebe para isso não comporta fazer essa
443 medição junto e aí acaba que sendo deficitária, tanto a questão dos parâmetros,
444 quanto a questão do números de campanha, isto não é uma questão de
445 cronograma, é uma questão de custos, sim, não é suficiente, nenhum dos Planos de
446 Bacias foi feito de modo. **Alguém diz:** Mas isso altera o valor do investimento uma
447 barbaridade. **Sr.ª Josiane:** Mas isso não é um problema só do Baixo Jacuí, é uma
448 questão geral que está acontecendo nos TRs, nos Planos de Bacias essa questão e
449 também tem uma questão que o próprio Meirelles falou, é uma questão também de
450 metodologia, como é a FEPAM quem é responsável pela qualidade das águas e o
451 DRH pela quantidade, quem orienta a Consultoria com a questão da metodologia de
452 classificação, na metodologia de enquadramento etc. etc... é a FEPAM, a
453 metodologia dependendo da Bacia Hidrográfica vai depender do técnico da FEPAM
454 que é responsável, a metodologia que o Meirelles falou é uma metodologia que se
455 utiliza em vários projetos, ou seja, eu tenho várias campanhas e eu vou fazer uma
456 classificação final, eu tenho uma classe, tem várias classes 1 e tenho a classe 4, por
457 exemplo, se eu definir que a pior classe que eu verifiquei vai ser a classe que eu
458 classificar digamos assim vai ser a pior? bom metodologia pela pior, existe uma
459 metodologia que não é utilizada neste Plano de Bacia, que não é indicado nos
460 Planos de Bacia do Estado, é que eu vou fazer uma análise de 80% daquilo que se



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

461 verificou, ou seja, as piores classes cai fora, então é mais uma questão de
462 orientação, de definição de metodologia, definida pela própria comissão de
463 acompanhamento, pela própria fiscalização, digamos assim, responsável pela
464 qualidade das águas do que exatamente é um problema na verdade, não sei se diria
465 um problema mas o que acontece atualmente é uma questão de definição de
466 metodologia. A outra questão é com relação aos parâmetros: Os parâmetros
467 definidos para o enquadramento no Estado, eles são elencados também pela
468 FEPAM, e no momento que nós vamos fazer isso, que nós vamos definir os
469 parâmetros para o enquadramento, atualmente no Estado o enquadramento das
470 Bacias Hidrográficas, das águas das Bacias Hidrográficas ele é feito a partir de
471 determinados parâmetros elencados pelo Órgão Ambiental, ou seja, aquela análise
472 do fóssil que seria com a espátula sai fora e a análise do nitrogênio no caso saiu
473 fora porque é todo classe 1, então seria muito otimista, então foi utilizado DBO e
474 coliformes, esses dois parâmetros para o enquadramento. **Alguém:** Só um
475 esclarecimento técnico e metodológico, uma questão, nos barramentos com certeza
476 deve ter o controle de vazão? **Sra. Josiane:** nós utilizamos dados para fazer.
477 **Alguém diz:** Para fazer a interação que o Fernando falava, outra coisa me causou
478 espanto por que as Resoluções 357, a 430 e a 428, tem uma série de parâmetros,
479 que eu tenho uma lista aqui, que eu estou trabalhando exatamente em cima da
480 definição no nosso TR, que me causa preocupação em relação à tarefa da
481 Consultoria, já trabalhei noutras bacias e nós conseguimos um resultado bem
482 interessante aumentando a intensidade de análise uma bacia pequena, a Bacia do
483 Quaraí e também fiz monitoramento por 5 anos em sistema de irrigação de área
484 ampliada mais de 12 mil hectares, 24 mil hectares mais ou menos, se fez
485 monitoramento durante 5 anos, além da água, o sedimento que é, muito pesado do
486 ponto de vista técnico para este momento, mas eu estou vendo, remetendo para nós
487 podermos propor uma solução para isto, por isso perguntei para consultora minhas
488 dúvidas. **Sr. Júlio Salecker:** Só para ajudar na caminhada, é função da nossa
489 Presidente, mas nós não estamos julgando a Consultora, o trabalho da Consultora.
490 Parabéns! Está muito bem feito, vamos aprovar ou não o enquadramento, eu
491 gostaria até de escutar o Presidente deste Comitê, porque afinal de contas está
492 aqui, qual é que é a posição do Comitê. **Sr. Mário Damé, presidente do Comitê**
493 **Baixo Jacuí:** A única coisa que eu tenho pra falar a respeito do enquadramento é o
494 seguinte: Eu, como Presidente, coloquei para a plenária o que a Empresa passou a
495 questão do enquadramento Francisquinho e Taquari. A Empresa colocou só duas
496 propostas, aonde teve uma pessoa na plenária que não aceitou. Então pediu a
497 terceira proposta que foi aquela ali, eu coloquei em votação e a plenária que já tinha
498 concordado em continuar com classe 2,, escolheu a classe 1 depois. Estou sabendo
499 hoje que nesta tarde tem Prefeito que vai entrar com a revisão a respeito disso,
500 porque fez um regimento no Parque Industrial ou coisa assim de seus municípios
501 que não vão conseguir alcançar aquilo e vão pedir uma revisão, ao contrário das
502 outras coisas, pular a classe 3 passar para classe 1, é um questionamento meu
503 dentro do Comitê. A única coisa que eu tenho como presidente, Júlio, é colocar para
504 plenária a minha posição nessa hora fica fora, eu votaria se desse empate, mas eu
505 não concordo também com isso. **Alguém diz:** O Comitê Santa Maria está em
506 elaboração do Plano, o que estamos vendo aqui é a importância da preparação dos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
80ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

507 membros da plenária do Comitê, a plenária deve estar muito bem preparada, tem de
508 estar sabendo o que está fazendo, o que significa o que eles estão aprovando
509 naquele momento e eu notei pela fala do Presidente que existem várias posições,
510 até das Prefeituras, que em vários momentos elas estão presentes nas plenárias
511 dos Comitês, será que esta plenária está preparada, está capacitada neste momento
512 para tomar uma decisão, que isso foi aprovada pela plenária do Comitê? **Alguém**
513 **diz:** a questão foi que quando chega nas consultas, depois a Empresa tem que
514 apresentar o resultado , só que nas outras consultas ela não deu problema, deu
515 problema aqui na região carbonífera, aonde uma pessoa levou mais de duzentos
516 alunos para esta consulta, esse alunos tiveram apresentação da Josiane de 40
517 minutos, aonde foi que deu esse resultado. Onde veio o Vereador, que faz parte do
518 Comitê, exigir aquilo ali, foi isso que aconteceu. O Comitê está preparado, não deu
519 problema em nenhuma das outras consultas, aonde foi feito o enquadramento, deu
520 problema aqui. Vários questionamentos. **Presidente Maria Patrícia:** Nós estamos
521 sem quórum para qualquer votação, o que eu proponho na verdade, é que o
522 Presidente do Comitê leve estas manifestações, deixando uma reunião aberta, estas
523 manifestações da indicação de vários Conselheiros pela não aprovação dessa, pela
524 não homologação, enfim, isso vai ser incluído como ponto de pauta da próxima
525 reunião do CRH e talvez possa ter alguma alteração e se precisar de algum apoio da
526 Secretaria. **Presidente Maria Patrícia:** Eu vou deixar os pontos 8 e 9, até uma
527 apresentação da Secretaria da Saúde, ficou prejudicada também, na próxima
528 reunião pela gentileza eles abram, os servidores vindo tentar ser o primeiro item,
529 pedindo desculpas por ter ficado no último e também ficou a questão dos
530 encaminhamentos do FRH também para a próxima reunião, se nós chamamos uma
531 extraordinária, isso nós avaliamos depois, então declaro encerrada pela fala de
532 quórum, não sei, alguém tem alguma outra comunicação? Meu nome é Valéria,
533 Coordenadora do Fórum Gaúcho de Comitês, e estou aqui na representação do
534 Comitê Pardo, nós deliberamos hoje pela manhã na reunião do Fórum Gaúcho de
535 Comitês que constasse na ata do Conselho, que os Comitês auxiliaram na
536 elaboração de uma Instrução Normativa, em dois momentos nós tivemos reuniões
537 no dia 10 de março que foi no IPH, assim como na Bacia do Tramandaí em 29 de
538 abril. Em 29 de abril mesmo entregamos para o Diretor Fernando Meirelles as
539 contribuições dos Comitês em relação a construção desta IN e hoje como o Júlio
540 relatou anteriormente, são 14 Comitês que dependem dessa IN, aprovação dessa
541 IN, para que os convênios consigam evoluírem, então é o nosso registro, que nós
542 vamos acompanhar, estamos a disposição também para qualquer dúvida e qualquer
543 encaminhamento neste sentido. **Presidente Maria Patrícia:** Nós já estamos
544 tratando dessa Instrução Normativa com a Diretora Administrativa que é da CAGE,
545 ela está dando uma última revisada e nós estamos fazendo os encaminhamentos
546 necessários para finalizar, é de nosso máximo interesse também. Agradecemos a
547 presença de todos e declaro encerrada a reunião e eu, Carmem Lúcia Silveira da
548 Silva, secretária executiva adjunta do CRH/RS lavro esta ata.